

# FÓRUM CIDADÃOS



Relatório Preliminar  
Primeira Edição  
Fórum dos Cidadãos

A Sua Excelência o Presidente da República  
Professor Marcelo Rebelo de Sousa

17 de Janeiro de 2017

-

Palácio de Belém



*«Fórum dos Cidadãos builds on successful innovations in public engagement and deliberative democracy across the world. It has all the hallmarks of a successful venture, with a careful eye toward selecting participants, structuring and facilitating discussions, and connecting these to real policymaking. If successful, it will do more than merely import to Portugal well-tested methods of deliberation. Instead, I expect this project to make distinctive contributions of its own to the global movement toward more meaningful public engagement in democracy.»*

**John Gastil**

Diretor, McCourtney Institute for Democracy

Penn State University

Editor, *The Deliberative Democracy Handbook*



## ÍNDICE

Resumo executivo .....	7
Apresentação do Fórum dos Cidadãos .....	9
Apresentação da primeira edição: “Como Fazer-nos Ouvir?” .....	10
Composição e selecção do painel de cidadãos .....	11
Os cidadãos falam: .....	13
Temas abordados .....	14
“Diagnóstico” .....	15
Exploração de propostas .....	17
Propostas finais .....	18
Concurso de ideias: propostas do público .....	23
Conclusões .....	31
Organizadores.....	33
Conselho Consultivo.....	34
Apoiantes. ....	36
Parceiros .....	38





## RESUMO EXECUTIVO

O primeiro Fórum dos Cidadãos realizou-se no fim de semana de 7 e 8 de Janeiro, em Lisboa, com o tema "Como Fazer-nos Ouvir?".

O Fórum segue o modelo de deliberação cívica—com provas dadas em diversos países—onde se procura fazer emergir uma opinião pública informada e refletida. Um grupo de cidadãos, selecionados aleatoriamente, discute um tema político, com a moderação de facilitadores experientes e imparciais, que asseguram a livre partilha de opiniões e a participação equitativa. Esta discussão é informada por palestras dadas por peritos convidados bem como pelos contributos de outros interessados que queiram trazer à discussão informação pertinente.

Nesta primeira edição do Fórum, quinze portugueses, selecionados de forma a tentar espelhar a diversidade da população—nomeadamente em termos de características como a idade, o sexo, a formação académica e a região do país de onde são oriundos—reuniram-se durante dois dias e deliberaram sobre como melhorar a comunicação entre políticos e cidadãos. Para tal, ouviram a opinião de políticos (Ricardo Baptista Leite, deputado, e José Magalhães, ex-deputado e ex-secretário de Estado), assistiram a palestras de académicos (Pedro Magalhães, da Universidade de Lisboa, e Cristina Leston-Bandeira, da Universidade de Leeds), conversaram com um jornalista (Filipe Santos Costa, do *Expresso*) e receberam sugestões do público. No final, elaboraram várias propostas, destacando três principais:

1) **Plataforma “Eu Conto” e Conselho de Cidadãos**, uma plataforma online para divulgação de projetos lei e avaliação das propostas em discussão na Assembleia da República. Esta plataforma permitiria aos cidadãos expressar interesse (ou preocupação) por uma proposta. Para aquelas propostas que reunissem um volume substancial de expressões de interesse, seria constituído um “Conselho de Cidadãos”—órgão composto por vinte elementos, divididos entre especialistas, indivíduos interessados e cidadãos escolhidos aleatoriamente—cujo parecer seria apresentado publicamente antes da votação do respetivo diploma.

2) **Educar para a Cidadania**, um programa de promoção de valores democráticos e de colaboração, através da implementação de exercícios de votação e participação desde o ensino pré-escolar. Ao longo dos restantes ciclos de escolaridade, estes exercícios tornar-

se-iam gradualmente mais complexos e abrangentes, envolvendo decisões substantivas relacionadas, por exemplo, com o melhoramento da escola e comunidade envolvente.

3) **Verificador**, uma plataforma onde os cidadãos poderiam acompanhar a evolução dos programas governamentais, esclarecer dúvidas e verificar a aplicabilidade e seriedade das promessas eleitorais. A plataforma combinaria ferramentas online com o trabalho de verificadores e explicadores. Dada a importância de assegurar a sua imparcialidade e independência, este serviço operaria no âmbito de uma fundação ou uma organização não-governamental nos moldes do Fórum dos Cidadãos.

Ainda que com algumas lacunas na representatividade da amostra—destaca-se a ausência de participantes com escolaridade inferior ao 12º ano e idade acima de 60 anos—e com uma duração de apenas dois dias, a primeira edição do Fórum foi promissora pela qualidade do debate, o entusiasmo dos participantes e o sucesso na elaboração de propostas concretas.

O desenvolvimento futuro do Fórum dos Cidadãos deverá passar por novas experiências a nível municipal e nacional, para implantar e gradualmente credibilizar este modelo participativo no espaço público português. Trata-se de um modelo flexível, que pode permanecer na esfera da sociedade civil, como órgão consultivo, ou ser eventualmente integrado nas estruturas tradicionais de poder.

Numa altura em que se acentua a desconfiança nas instituições e a rejeição da política e dos políticos, o objetivo é trazer a voz dos cidadãos, informada e refletida, aos centros de decisão, providenciando uma alternativa às correntes populistas que grassam pela Europa e pelo Mundo.

## APRESENTAÇÃO DO FÓRUM DOS CIDADÃOS

O Fórum dos Cidadãos tem como missão revigorar a democracia portuguesa, fazendo ouvir a voz informada e refletida dos cidadãos sobre grandes temas. O referendo do “Brexit” e as eleições presidenciais nos EUA tornaram claro o perigoso apelo desestabilizador de discursos populistas distanciados da realidade. Tanto no estrangeiro como em Portugal, é vital criar uma esfera pública onde simultaneamente (i) a população veja as suas principais preocupações adequadamente representadas e (ii) se debata de forma ponderada e assente em factos.

O Fórum contribui para este objetivo através de uma estratégia inovadora: a organização regular de “assembleias de cidadãos” sobre temas da atualidade e a difusão ativa dos seus resultados junto de políticos, *media* e o público em geral. O nosso trabalho visa estruturar o debate público e orientá-lo numa direção construtiva, dando a escutar uma voz ponderada que é oriunda da própria sociedade civil. Iremos conhecer, pela primeira vez, que escolhas fariam os portugueses, se tivessem o tempo, a informação e as condições ideais para refletir e debater as mais importantes questões políticas da atualidade.

As assembleias de cidadãos são processos deliberativos cuidadosamente estruturados e assentes em experiências realizadas em países como o Canadá, a Islândia e a Austrália. Um painel de cidadãos, escolhido através de modernas técnicas de amostragem de forma a espelhar a diversidade da sociedade portuguesa e contando com o apoio de facilitadores, passa vários dias a escutar e questionar especialistas, a analisar informação e a deliberar sobre um tema. No final, as suas recomendações são difundidas pelo Fórum através de múltiplos canais (*on-* e *offline*) bem como através da organização de sessões públicas que alargam a discussão ao resto da sociedade portuguesa e, assim, asseguram o seu máximo impacto.

Acreditamos que, colaborando com os parceiros certos, tornaremos Portugal numa referência internacional nesta área. Podemos ser o primeiro país a ter uma discussão, informada e refletida, sobre as mais importantes questões políticas de forma regular e à escala nacional.

O Fórum dos Cidadãos é um projeto da sociedade civil, apartidário e sem orientação política ou ideológica. Conta com uma equipa de organizadores com provas dadas, um *advisory board* que inclui várias das maiores referências internacionais na área da democracia participativa, bem como um conjunto de apoiantes que abarca todo o espectro político português.

### APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO: “COMO FAZER-NOS OUVIR?”

A primeira edição do Fórum dos Cidadãos teve lugar nos dias 7 e 8 de Janeiro de 2017, no departamento de Filosofia (IFILNOVA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ao longo de dois dias, um painel de 15 cidadãos—escolhidos aleatoriamente e tentando refletir a diversidade da sociedade portuguesa em termos de género, idade e nível de educação e oriundos de diferentes regiões do país—reuniu-se para debater o tema “Como Fazer-nos Ouvir?”.

A sua tarefa foi desenvolver, identificar e refinar as ideias mais promissoras para melhorar a comunicação entre os cidadãos e os seus representantes. As discussões entre os participantes contaram com o apoio de facilitadores experientes, cujo papel foi assegurar uma troca de ideias produtiva e onde todos participaram.

Parte do processo consistiu em ouvir especialistas de diversas áreas que, partilhando os seus pontos de vista e propostas concretas, puderam inspirar o debate e a reflexão mais informados e aprofundados. Nesta primeira edição, o painel de oradores contou com Ricardo Baptista Leite (deputado), José Magalhães (ex-deputado e ex-Secretário de Estado), Filipe Santos Costa (jornalista do *Expresso*), Pedro Magalhães (investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e Cristina Leston-Bandeira (professora na Universidade de Leeds). A intervenção de cada convidado fez-se de forma informal, fomentando o debate aberto, a troca de experiências e o sentido de proximidade.

Esta edição contou também com um forte contributo do público em geral. Ao longo dos meses de Novembro e Dezembro de 2016, o Fórum dos Cidadãos lançou nas redes sociais um concurso de ideias, convidando outros cidadãos a contribuir com propostas para o tema “Como Fazer-nos Ouvir?”. Foram recebidas cerca de 60 respostas, das quais a organização selecionou 10. Estas foram apresentadas ao painel de cidadãos durante a primeira edição do Fórum, a quem coube selecionar as 5 ideias vencedoras. Estas propostas contribuíram diretamente para o trabalho do painel de cidadãos, que as incorporou nas suas recomendações.

## COMPOSIÇÃO E SELEÇÃO DO PAINEL

Os 15 cidadãos que participaram deste processo foram recrutados em colaboração com uma empresa de estudos de mercado. Os organizadores definiram o perfil demográfico pretendido, que era, *grosso modo*, idêntico ao da população adulta portuguesa.

Participantes por região	
Lisboa	5
Centro	4
Norte	4
Alentejo	2

Participantes por escalão etário	
20-30 anos	3
30-40 anos	4
40-50 anos	4
50-60 anos	4

Participantes por nível de educação	
12º ano	8
Licenciatura	5
Mestrado	2

Participantes por atividade profissional	
Serviços administrativos	1
Técnicos	5
Gestão	6
Função pública	1
Estagiários	1
Desempregados	2

Sendo que esta primeira edição do Fórum dos Cidadãos foi realizada com uma amostra reduzida que permitisse à organização testar as metodologias e o modelo do Fórum, o objetivo de replicar as características da demografia portuguesa foi apenas em parte atingido.

A principal limitação prende-se com a ausência de perfis com mais de 65 anos, grupo que representa cerca de 20% da população portuguesa (cf. PORDATA/INE 2015). Esta ausência de participantes mais velhos deveu-se à dificuldade de recrutar participantes neste grupo etário.

Segundo, existiu também um esforço no sentido de espelhar o nível de educação da população portuguesa. No entanto, metade dos participantes tinha pelo menos uma licenciatura, o que é substancialmente superior à taxa de 22% correspondente aos últimos dados demográficos (idem).

Por fim, e apesar da diversidade das regiões representadas (Douro e Porto, Lisboa, Alentejo, Centro), a distribuição da amostra não espelha a distribuição da população portuguesa por estas regiões. Note-se igualmente a falta de representação de certas partes do país, em particular as regiões autónomas e o Algarve.

Apesar das limitações do painel enquanto “amostra” da população portuguesa, a diversidade de perfis dos participantes foi manifesta ao longo de todo o processo. Em termos agregados, o painel desta primeira edição do Fórum logrou reunir participantes de regiões, idades, níveis de educação e atividades profissionais muito diversos, compondo um conjunto de pessoas que espelhava as oportunidades e desafios inerentes a um grupo onde o único traço comum, aos olhos de cada participante, era tratarem-se de “cidadãos como eles próprios”.

### OS CIDADÃOS FALAM...

Ao longo dos dois dias que compuseram a 1ª edição do Fórum, surgiram dezenas de ideias entre o painel de cidadãos, que foi progressivamente selecionando, analisando e refinando as ideias de maior relevância. Um dos aspetos fundamentais do processo deliberativo utilizado consiste justamente nesta gradual “filtragem” dos temas que vão, naturalmente, emergindo nas discussões do painel.

A discussão dividiu-se por várias fases. De início, os participantes procederam a um “diagnóstico” da situação atual. Discutiram diferentes aspetos da comunicação entre cidadãos e políticos, distinguindo elementos positivos daqueles que poderiam ser melhorados. Entre os elementos a melhorar, distinguiram entre aqueles cuja melhoria se lhes afigurou “fácil” daqueles que exigiriam mudanças mais de fundo no funcionamento das nossas instituições cívicas e/ou políticas.

Numa fase posterior, os participantes exploraram, de forma livre e num ambiente de “*brainstorming*”, potenciais inovações. Algumas destas constavam das apresentações a que tinham assistido; outras surgiram como recomendações submetidas por membros do público através do *site* do Fórum; e outras foram apresentadas pelos próprios participantes.

Seguindo o modelo deliberativo, estas ideias foram então aprofundadas ao longo das restantes sessões. Gradualmente, um conjunto de ideias—tanto sobre os elementos chave em termos de “diagnosticar” a situação atual bem como sobre as propostas a apresentar pelo grupo—foi-se destacando.

Composto por 15 cidadãos, o painel demonstrou um forte desejo e uma sólida capacidade para explorar propostas concretas que visassem melhorar a comunicação entre o cidadão comum e o representante político. Nas páginas seguintes, tentamos transmitir como funcionou este processo gradual de “filtragem” de ideias.

### OS CIDADÃOS FALAM: TEMAS ABORDADOS

O programa foi desenhado de forma a assegurar que os participantes eram expostos a uma variedade de ideias, propostas e experiências muito diferentes. Como resultado, a lista de temas abordados foi vasta e incluiu:

- (i) Instrumentos de Democracia Direta
- (ii) Referendos
- (iii) Limites e vantagens da Democracia Representativa
- (iv) Abertura dos processos legislativos aos cidadãos
- (v) *Feedback* aos cidadãos sobre o seguimento dado às propostas cidadãs
- (vi) Potencial das Redes Sociais
- (vii) Petições
- (viii) Importância e eficácia dos Orçamentos Participativos
- (ix) Utilização de “Dados Abertos”
- (x) Formação Cívica e para a Cidadania
- (xi) Comunicação das ferramentas ao alcance dos cidadãos
- (xii) Educação para os critérios de escolha e eleição de deputados
- (xiii) Apoio no acesso à informação e ferramentas digitais
- (xiv) Voto eletrónico
- (xv) Listas abertas e eleições primárias
- (xvi) Audiências com deputados e visitas ao Parlamento
- (xvii) Iniciativas Legislativas Cidadãs
- (xviii) Canal Parlamento
- (xix) Modernização do website do Parlamento
- (xx) Criação de uma Bolsa de Perguntas dos Cidadãos para levar os deputados a dar voz às preocupações dos cidadãos.
- (xxi) Plataformas Digitais de Participação
- (xxii) Revista Eletrónica de Estudos Parlamentares

Dada a curta duração deste processo, a maior parte dos temas anteriores foi abordada de forma algo breve. À medida que a deliberação avançou, a discussão progrediu no sentido de se focar num conjunto mais restrito de temas.



### OS CIDADÃOS FALAM: “DIAGNÓSTICO”

Ainda numa fase preliminar, os participantes exploraram os **elementos que podem promover a comunicação entre cidadãos e políticos**. Entre estes, destacaram-se:

- (i) o enorme potencial das redes sociais, tanto em termos da relação cidadão <=> representante como em termos de facilitar a colaboração entre cidadãos e, assim, a emergência de novos grupos cívicos
- (ii) a existência de um mecanismo de petições públicas que dá aos cidadãos um forte sentido de agência política
- (iii) o trabalho dos órgãos de comunicação social, que oferecem, no mínimo, a possibilidade de um conjunto de cidadãos se mobilizar e se fazer ouvir
- (iv) a existência e impacto de sondagens, programas de opinião pública e outros mecanismos de dar a ouvir, em termos agregados, a voz dos cidadãos
- (v) um ambiente político que assegura a liberdade de opinião e associação, permitindo a criação de novos partidos e associações para colmatar falhas de representação

Na mesma fase inicial, os participantes identificaram também várias ideias como sendo **“obstáculos” que dificultam uma relação de maior proximidade com o poder político**. Entre estes, destacaram:

- (i) as barreiras práticas à utilização de petições, iniciativas cidadãs e outros instrumentos de democracia direta que envolvem o cidadãos diretamente na tomada de decisões
- (ii) o desconhecimento por parte da população sobre os instrumentos e canais de comunicação e iniciativa cívica já existentes
- (iii) a apatia ou falta de interesse de muitos cidadãos em participar na vida política
- (iv) a questionável qualidade da informação divulgada pelos órgãos de comunicação social
- (v) a sensação de que os políticos que elegeram lhes são desconhecidos e/ou distantes

Quando observamos as expectativas dos participantes, nota-se uma franca vontade de fazer a diferença e contribuir para a mudança com sugestões e propostas concretas que tenham um impacto real. Várias das propostas exploradas evidenciaram também um forte desejo de fazer crescer o interesse pela política, a participação e a capacidade de os cidadãos se fazerem ouvir.

Foi especialmente interessante observar as discussões do painel quando lhes foi pedido para explorar que **barreiras práticas impedem a mudança** neste domínio. A preocupação com o funcionamento dos mecanismos de representação e comunicação entre cidadãos e eleitos é, há muito, conhecida e ativamente debatida por múltiplos grupos na sociedade portuguesa. O que pode explicar o limitado impacto destes esforços? No juízo deste painel, destacam-se os seguintes fatores:

- (i) as dificuldades de financiamento para iniciativas cidadãs
- (ii) a dificuldade em divulgar e dar a conhecer informação relevante sobre questões políticas e/ou de interesse cívico
- (iii) a distância que separa grupos da sociedade civil do poder político (em particular, do poder central, por oposição às autarquias, que são vistas como mais acessíveis)
- (iv) a perceção de que os políticos representam os interesses específicos de uma elite e não desejam a mudança

As propostas desenvolvidas pelo painel de cidadãos nascem, em boa parte, de uma reflexão e debate aprofundados em torno destes três conjuntos de ideias—que fatores têm maior potencial para aproximar cidadãos e eleitos? Que elementos mais dificultam essa aproximação? Que aspetos práticos mais dificultam esforços para melhorar a atual situação? Neste contexto, a intervenção do painel de oradores foi particularmente importante de modo a esclarecer dúvidas e partilhar informação relevante. Com frequência os palestrantes convidados puderam ajudar os participantes a melhor entender as razões por detrás de cada obstáculo ou dificuldade identificados.

### OS CIDADÃOS FALAM: EXPLORAÇÃO DE PROPOSTAS

Na sua segunda fase, o processo de deliberação foi orientado para a identificação e seleção de propostas concretas com um alto potencial de impacto na forma como os cidadãos comunicam com os seus representantes políticos.

Novamente, nesta fase os trabalhos começaram com uma extensa lista inicial cobrindo temas muito diversos. Os participantes foram, posteriormente, reduzindo-a a um conjunto de temas que lhes pareceram especialmente importantes. Entre estes, ainda numa fase inicial do processo, encontravam-se:

- (i) Mecanismos de responsabilização dos políticos e escrutínio do cumprimento e seriedade dos programas eleitorais.
- (ii) Nova abordagem à Educação Cívica e Formação para a Cidadania
- (iii) Envolvimento dos cidadãos no processo legislativo
- (iv) Ferramentas de acompanhamento e informação permitindo aos cidadãos conhecer o estado de avanço de cada projeto de lei
- (v) Maior transparência na elaboração das listas partidárias
- (vi) Fomentar maior utilização de instrumentos de democracia direta
- (vii) Elaboração de planos políticos nacionais a longo prazo
- (viii) Novas medidas para a transparência das instituições
- (ix) Utilização das redes sociais como meio de divulgação de informação e reivindicação
- (x) Adoção de linguagem clara e acessível na discussão de temas políticos importantes, tanto pelos decisores políticos como pelos órgãos de comunicação social

### OS CIDADÃOS FALAM: PROPOSTAS FINAIS

No final do processo, os participantes desenvolveram três propostas concretas que recolheram apoio da maioria do painel. São estas que apresentamos nesta secção.

Importa realçar que estas três ideias foram seleccionadas e desenvolvidas num evento piloto com uma duração limitada a dois dias de trabalho. Tratam-se, compreensivelmente, de esboços de propostas, mas deixam claro que—mesmo num processo deliberativo tão breve—o painel de cidadãos foi perfeitamente capaz de formular propostas concretas, indo muito além da mera articulação de preferências genéricas ou prioritização de medidas.

Os organizadores optaram por não desenvolver as propostas elaboradas pelo painel, de forma a não lhes adicionarem, assim, o seu cunho e ideias próprias. Por fim, realçamos que a redação das propostas que se segue foi aprovada por todos os participantes.

## 1) Plataforma “Eu Conto” e Conselho de Cidadãos

### OBJETIVOS

Esta proposta propõe-se (i) combater a falta de participação e de interesse da comunidade nas decisões políticas, (ii) tornar as medidas/leis/políticas mais ajustadas às necessidades dos cidadãos, (iii) melhorar a credibilidade e responsabilidade dos políticos, (iv) aumentar o compromisso entre cidadãos e políticos e apostar na comunicação entre a classe política, as instituições e a sociedade em geral.

### DESCRIÇÃO

Criação de uma plataforma online, ajustada a dispositivos móveis, para a divulgação de projetos de lei e avaliação das propostas em discussão na Assembleia da República.

A plataforma deve ser simples, intuitiva e apelativa, contendo um resumo de todas as propostas em discussão na AR. Para além de um breve resumo, cada proposta deve ter uma descrição detalhada das conclusões e dos discursos tidos nas comissões parlamentares. Cada cidadão poderá seleccionar as propostas em que gostava de ser ouvido carregando no botão “*eu tenho interesse*”. Para as propostas que fossem seleccionadas por mais de 2500 pessoas, seria formado um conselho de cidadãos que iria emitir uma posição para ser lida antes da votação em plenário na Assembleia da República.

A plataforma deve estar disponível nas Juntas de Freguesia para quem não tiver acesso à internet e publicitada nos meios de comunicação social. Uma linha telefónica de apoio ao cidadão será instalada para esclarecer dúvidas e ajudar os utilizadores a acederem à informação que procuram.

A plataforma permite também aos cidadãos submeter propostas, que seriam divididas por temas (saúde, educação, outros). Qualquer cidadão poderá, em qualquer momento, saber o estado de avaliação da sua proposta e saber por quem foi feita a avaliação ou mesmo ser contactado para esclarecimentos.

O conselho de cidadãos, que tem uma função consultiva, é seleccionado da seguinte maneira: 5 especialistas; 10 cidadãos que votaram na proposta para discussão; 5 cidadãos escolhidos aleatoriamente dos cadernos eleitorais.

## FÓRUM DOS CIDADÃOS

O grupo é gerido por um moderador independente. O conselho reúne-se na AR durante 1 a 3 dias. Os cidadãos participantes teriam as despesas pagas e seriam remunerados, sendo a sua ausência do local de trabalho legalmente protegida. Cada cidadão poderia, no máximo, participar em 2 conselhos por ano.

A posição do Conselho de Cidadãos seria anunciada em plenário antes da votação pelos deputados.

## 2) “Educar para a Cidadania”

### OBJETIVOS

Esta proposta pretende (i) combater a falta de envolvimento e participação cívica para a concretização plena da democracia, (ii) contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, mais participativos, mais envolvidos e que percebam claramente a importância dessa participação.

### DESCRIÇÃO

A proposta assenta na promoção, desde o nível pré-escolar, de atividades e exercícios que permitam cultivar e desenvolver os mecanismos necessários a uma cidadania e prática da democracia ativas. Desde o pré-escolar, os alunos aprendem a tomar colaborativamente decisões sobre assuntos do interesse coletivo.

Assim, propomos a clara definição de um conjunto de decisões que podem ser delegadas nos alunos a cada nível da sua progressão escolar. Nos primeiros anos de escolaridade, estas serão relativamente poucas, mas, com a passagem dos anos, o seu âmbito alargar-se-á. Eventualmente, incluiria o debate e a tomada de decisões sobre propostas relativas ao melhoramento da escola e comunidade envolvente.

A implementação seria coordenada entre o ministério da Educação, direções regionais e eleitos locais (Junta de Freguesia, Câmara Municipal), envolvendo também os encarregados de educação e toda a comunidade escolar. Esta proposta permite algum nível de experimentação e exploração de diferentes formas de os alunos tomarem decisões, pois as escolas gozariam de bastante autonomia na definição do modelo de tomada de decisão a adoptar.

### 3) “Verificador”

#### OBJETIVOS

Esta proposta tem como objetivo monitorizar os programas do Governo e o cumprimento das promessas eleitorais de modo a promover a lealdade e a confiança entre cidadãos e representantes políticos. Esta plataforma contribui fortemente para a resistência do cidadão ao discurso populista e à desinformação crescentes no atual paradigma.

#### DESCRIÇÃO

Uma plataforma onde cada cidadão pode acompanhar a evolução dos programas governamentais, esclarecer dúvidas e verificar a aplicabilidade e seriedade das promessas eleitorais. Assim, cada cidadão poderá desenvolver um sentido crítico mais aprofundado, avaliando a vida política com ferramentas competentes e acessíveis. Através desta ferramenta digital, os participantes podem dar um voto de censura ou um voto de confiança nas promessas eleitorais e nas propostas da Assembleia da República. É assim promovida a veracidade da comunicação e dos trabalhos políticos. A plataforma é composta por verificadores e explicadores imparciais e independentes que tenham o acordo das várias forças políticas representadas na Assembleia da República, e é gerida por uma organização não-governamental e sem fins lucrativos.



### CONCURSO DE IDEIAS: PROPOSTAS DO PÚBLICO

#### Nota prévia:

*Nos meses de Novembro e Dezembro de 2016, foi lançado nas redes sociais um apelo a propostas da parte do público em geral. Das dezenas de respostas, a organização do Fórum dos Cidadãos efetuou uma cuidadosa seleção, elegendo assim as 10 ideias mais promissoras, que foram apresentadas ao painel de cidadãos aquando da 1ª edição nos dias 7 e 8 de Janeiro de 2017. As propostas listadas abaixo são transcritas da forma exata como foram enviadas.*

#### 1) Transparência Hacker

«O desafio do Transparência Hacker é desenvolver soluções para tornar possível a utilização de informações governamentais e dados públicos por pessoas comuns. O motor destas atividades é a curiosidade em relação aos processos políticos, a vontade de intervir e de agir sem pedir licença. Por trás destas iniciativas, entende-se o seguinte: a informação nas mãos das pessoas tem um enorme potencial de gerar mudanças. Na forma de fiscalizar governantes, deputados, juizes. De debater políticas públicas. De interagir com o governo. E não se trata apenas de vigiar governos ou de exigir resultados. Trata-se de participar dos processos políticos e também de construir novos processos. De exigir direitos e usufruir deles.

O acesso à informação, por exemplo, é um dos direitos fundamentais. Um direito que é porta para outros, como a educação. Se o Ministério da Educação não informar quantas vagas há nas escolas e quantas crianças há, em cada localidade, precisando dessas vagas, como garantir o acesso à educação pública?

Imagine-se o volume de informações que o poder público tem sob sua responsabilidade, para poder cumprir suas funções. São bancos de dados enormes. Aqui, chega-se a outra questão essencial, o tema dos dados abertos. De nada adianta colocar essas informações na Internet se não for possível navegar por elas, cruzar com outras informações, filtrar da maneira que interesse. Para achar agulhas neste enorme palheiro, tem que ser

possível usar as informações em programas de computador diferentes do programa no qual são geradas e armazenadas. Um PDF de uma página é como uma foto digital. Não dá para tirar determinada coluna de números e cruzar com outra. É por isso que essas informações precisam ser divulgadas em formatos abertos e legíveis por máquinas.

O compromisso é com a lógica de promover mudanças e pressionar governos a participar delas a partir da prática. Mostrar que dá certo, que há procura. Estas realizações também são pressão política. Por outro lado, o compromisso com o resultado nunca é maior do que o compromisso com o processo. A THacker é um ponto de encontro entre pessoas com interesses em comum, mas com compreensões distintas. Não há hierarquia, nem unidade de opiniões. »

### 2) Conselhos de cidadãos

«O objectivo destes conselhos é a adoção de decisões políticas com a participação dos cidadãos e consistem, basicamente, na seleção aleatória de dois ou três grupos de cerca de 25 pessoas dos cadernos eleitorais do país ou de uma certa localidade que, depois de um exaustivo processo de informação, toma uma decisão majoritária sobre uma política pública determinada. As reuniões dos conselhos podem durar entre três e quatro dias completos e os participantes são, geralmente, compensados, em termos de remuneração, e dispõem de uma série de facilidades, caso tenham de abandonar as suas responsabilidades profissionais e/ou familiares, durante o tempo que dura o processo. Em alguns casos, os conselhos podem decorrer ao sábado ou no final do dia, no sentido de evitar custos. A dinâmica das reuniões dos conselhos dos cidadãos passa pela análise dos aspetos técnicos relacionados com as diferentes opções apresentadas, pela discussão, em conjunto com especialistas na matéria, com os eleitos e os técnicos nacionais ou municipais, terminando com a tomada de decisão.»

### 3) Mercado de ideias políticas

«A minha IDEIA de “COMO FAZER-NOS OUVIR MELHOR?” é antes de mais um “fazer-nos ouvir” sem termos que nos manifestar, bastando para tal que quem governa nos considere os destinatários das suas ações e como tal assumam praticas de “estudo de mercado” passando a fundamentar e a orientar as suas ações/intervenções para responder a necessidades não satisfeitas ou mal satisfeitas, identificadas/diagnosticadas de alguém que pretendem ter/ver no território que governam.

Para tal, proponho a criação de uma plataforma de diagnóstico que considere 8 segmentos fundamentais de mercado que resultam dos 4 papéis fundamentais e das 2 dimensões existentes. A plataforma teria como função: (1) permitir que os cidadãos fossem auxiliados na sua tomada de decisão em função do perfil de utilizador assumido; (2) permitir que os governantes dispusessem de informação estatística vital à definição e adequação dos instrumentos de política.

A plataforma identificará e trabalhará as dimensões territoriais de acordo com a ultima revisão das NUT, passando a beneficiar de um conjunto de estatísticas já existentes e comumente aceites e colocadas em pratica. Outras estatísticas serão criadas e de modo dinâmico, em função dos critérios que suportam a decisão e que são livremente acrescentados á plataforma, no momento da utilização. Também o espaço territorial poderá vir a evoluir para Freguesia caso estas venham a ser tidas como relevantes.

Deste modo, perante a necessidade de decidir, a plataforma, como input, permitirá que sejam seleccionados e eventualmente acrescentados os critérios que suportarão essa decisão de modo relativizado, e como output, identificará qual ou quais os territórios que mais se aproximam das características/atributos que valorizamos e nas/nos quais fundamentamos a nossa decisão, por exemplo de continuar a residir ou passar a residir naquele ou num daqueles territórios.

Por exemplo, identificado que fosse como residente potencial, qualquer utilizador assim identificado poderia seleccionar de uma bateria de indicadores (pré-definidos ou acrescentados pelo próprio), os quais teria que relativizar quanto à sua importância (cujo somatório das percentagens atribuídas totalizariam 100%), como seja o índice de criminalidade, a qualidade dos estabelecimentos escolares, o numero de médicos por habitante... a proximidade ao aeroporto... esperando que a plataforma lhe indique qual

aquele ou aqueles territórios que respondem/satisfazem aqueles critérios que suportam a decisão de passar a residir naquele ou num daqueles territórios.

O mesmo se verificará quando pensamos como investidores atuais e investidores potenciais... como visitantes atuais ou visitantes potenciais... como trabalhadores/estudantes atuais ou trabalhadores/estudantes potenciais.

É importante fazer-nos ouvir porque nos manifestamos ou tão simplesmente fazer-nos ouvir porque passamos a ser considerados, tidos em conta, tendo por base uma plataforma de apoio às nossas decisões... uma decisão racional e objetiva, fundamentada em critérios/indicadores também racionais e objetivos que políticos e governantes se obrigarão a considerar e a ter em conta no momento das suas reflexões e decisões, tanto mais que não pretenderão perder para a concorrência os potenciais e muito menos perder os atuais, pois colocariam deste modo em evidencia a sua pouca performance politica e governativa.

Será uma APP disponível para IOS, Windows e Android, permitindo o “em tempo real” e a incorporação de outras funcionalidades.»

#### 4) Incluir cidadãos comuns nas comissões e nos grupos de trabalho parlamentares.

«Sempre que é formada uma nova comissão parlamentar, deve ser aberto concurso (amplamente divulgado) para que qualquer cidadão a possa integrar. Poderá incluir, por exemplo, três cidadãos. Estes candidatam-se e serão depois eleitos por sorteio, independentemente do seu conhecimento ou envolvimento com o tema.

Deverá equacionar-se também uma forma de incluir cidadãos que demonstrem ter conhecimento técnico sobre a questão em causa. Será um modelo mais complexo, mas valerá a pena ensaiá-lo.

A participação destes cidadãos nestes órgãos deve dar direito a faltas justificadas nos seus empregos e, eventualmente dias/horas de dispensa, à semelhança dos estatutos do trabalhador-estudante.

O mesmo processo deve aplicar-se para os grupos de trabalho parlamentares.

Nas comissões parlamentares permanentes, deve ocorrer semelhante processo em cada legislatura.»

### 5) Linguagem Clara

«Cumprir a lei de 1999 que obriga ao uso de linguagem clara.

Das leis, às brochuras ou simples comunicados, tudo o que é emitido por entidades públicas tem obrigação de ser comunicado de forma clara como água, entendível a qualquer adolescente. Tal obrigação está estabelecida por lei, desde 1999, e é urgente que se entranhe definitivamente na comunicação em geral, escrita e oral. Incluindo nas mensagens dos políticos mediadas pelos jornalistas.

Comunicar de forma clara não implica apenas a linguagem, mas também os dados que se fornecem, e que devem ser o mais completos possível. Por exemplo: Numa carta da segurança social não basta referir o artigo legal que enquadra a missiva enviada, é preciso que se sintetize minimamente o que diz tal lei.

A linguagem clara implica também que desapareçam «expressões reverenciais», como refere uma medida do Simplegis de 2010, em linha com a proposta do social-democrata Paulo Rangel que propõe a abolição de referências a títulos académicos em documentos e atos oficiais.

O hábito dos títulos académicos em nada contribui para uma cultura moderna europeia, pelo contrário: cimenta ‘muros’ entre uns e outros, nós e eles, os superiores e os inferiores, os infelizes e os predestinados. Não há plena democracia sem literacia e igualdade.»

### 6) Sistematizar fóruns de cidadãos

«Sistematizar este tipo de fóruns, havendo, pelo menos, um por cada Ministério, com poder para vetar decisões dos ministros e fazer propostas legislativas, obrigando ao seu debate (as vetadas e as propostas) na Assembleia da República. Os participantes nos fóruns devem, todavia, a eles pertencer durante vários anos, de forma a passarem a conhecer bem as matérias em causa. Os participantes nos fóruns devem ser escolhidos de forma a serem representativos mas qualquer pessoa poderá fazer propostas e defende-las pessoalmente no fórum se este achar que são suficientemente interessantes para serem debatidas no fórum.»

### 7) Netkratia

«Tal como no mundo empresarial, onde certas decisões são suportadas com informações quantitativas e qualitativas, o mundo político precisa ser renovado para que os cidadãos também possam utilizar de mais informações na hora da decisão do sentido de voto.

Esse suporte de informação estaria numa plataforma tecnológica que chamar-se-á Netkratia. O demos (demos = "povo") é substituído pela Net (rede), ou seja, o poder da rede. Essa necessidade está relacionada com o facto da nossa sociedade não discutir política em Ágoras físicas, mas sim em espaços Online (Blog, Fórum, Redes Sociais).

Netkratia é uma plataforma online (web + app móvel) para recolher decisões individuais de carater político, social e/ou pessoal e agregar essa informação. Essa informação irá proporcionar uma inteligência coletiva, servindo como uma ferramenta de avaliação, controle e ajuda ao sistema democrático e para um voto e decisão mais consciente.

Numa sociedade em que os jovens estão cada vez mais distantes dos assuntos relacionados com a política e onde os adultos, ou desculpam-se com a falta de tempo ou com a desacreditação do sistema político. Essa plataforma vem por um lado, cativar os jovens para a importância das decisões do nosso dia-a-dia. Desde criança estamos a decidir de uma forma “democrática”: decidimos sobre quem será os nossos representantes de sala, das associações estudantis, do nosso clube de futebol, e obviamente, o nosso governo. Para os adultos, disponibilizamos informações adicionais sobre o que foi legislado nos 4 últimos anos de um parlamento, para que se perceba, o quão distante essa representação está da população.

Essa distância será um indicador na plataforma que se chama Dissonância Política. Ela irá mensurar a distância que um governo tem da sua população. Essa métrica será recolhida através da recolha dos votos dos cidadãos na plataforma, contra aquilo que foi deliberado no parlamento (normalmente, a cada sexta-feira).

Todas essas decisões serão de fácil consulta, podendo mesmo voltar a vários meses e/ou anos. Adicionalmente, será possível efetuar comparação entre pares dessas mesmas decisões, tornando à sua utilização bastante apelativa, interessante e de interesse público.

Num mundo cada vez mais tecnológico, cada vez mais conectado, onde as redes sociais fazem parte do nosso dia-a-dia, necessitamos de uma local onde possa agregar as nossas decisões individuais e analisar o sentimento coletivo, para que, desta forma, possamos comparar com aquilo que os políticos estão a legislar. Com o tempo, podemos avaliar se as decisões coletivas são completamente diferentes das decisões dos políticos, tornando uma ferramenta importante na hora das eleições. Ao estar disponível como uma ferramenta tecnológica, será possível recorrer a todo um histórico de decisões, evitando, desta forma, sentimentos superficiais criados em épocas de eleição.»

### 8) Planos a longo prazo

«Permitir a elaboração de planos mestre ponto a ponto para propostas políticas estruturantes (relacionadas com educação, justiça e saúde por exemplo) e permitir votação a favor ou contra, numa plataforma informática, de cada um dos pontos como que se tratando de um referendo. Elaborar com base nisso uma proposta lei a ser fixada pelos 10 anos seguintes independentemente do governo em funções.»

### 9) Participação local

«Proponho um projeto piloto nas assembleias municipais, locais onde a cidadania mais facilmente se pode misturar com a ação política por causas concretas e próximas do cidadão. Proponho uma plataforma eletrónica onde os munícipes possam votar previamente as propostas a debater e aprovar nas assembleias municipais. Assim os deputados teriam a perceção dos seus concidadãos antes dos debates e votações.

A plataforma poderia permitir também a recolha de apoio de signatários para intervenção de cidadãos nas assembleias. Um grupo de cidadãos poderia escolher um representante para abordar um tema ou um cidadão podia recolher na plataforma apoios para a sua proposta. Isto daria legitimidade reforçada e conteúdo às intervenções isoladas de cidadãos nas assembleias municipais.»

### 10) Formação intensiva de comunicação para deputados, orientada para a cooperação e a empatia

«O parlamento nacional precisa de uma autêntica revolução de atitude. Urge implementar uma comunicação para a cooperação, em detrimento do atual modelo de competição. É preciso investir seriamente na formação dos deputados em matéria de comunicação. Dos conteúdos, à postura, passando por um detalhe não menos importante que é o timbre de voz – os mais agudos e trinados chegam a causar mudanças de canal televisivo.

Da cínica ironia à ofensa gratuita, tudo parece valer. A falta de urbanidade reinante no Parlamento é inadmissível num país da União Europeia, no século 21. É um enorme descredito para os deputados (o que, por si só, já afasta os cidadãos, frustrados na confiança que lhe depositam com o seu voto), mas sobretudo retira eficácia ao debate.

Reina o culto da ‘pós-verdade’. O esclarecimento claro e construtivo é subalternizado a favor de poesias medíocres e vãs de conteúdo que meramente buscam tempo de antena – e infelizmente encontram respaldo na imprensa. Intriga, descontextualização e manipulação propagandística são um insulto aos cidadãos e à democracia.

Acabar com os debates quinzenais é uma das soluções defendidas por vários parlamentares\*, para contornar este (assumido) problema. Tal posição, todavia, só evidencia o défice de cultura democrática dominante. Numa democracia, a solução não passa por calar as pessoas, mas por capacitá-las para os papéis que desempenham. Formação em quantidade e qualidade é mesmo muito urgente.

Uma cultura de cooperação no Parlamento, além de trazer mais esclarecimento, servirá também de exemplo aos cidadãos, promovendo uma atitude nacional mais cívica e construtiva. Empatia precisa-se. E é ensinável.»



### CONCLUSÕES

Esta edição do Fórum dos Cidadãos constituiu uma primeira experiência de sucesso. Acreditamos que—numa altura em que tanto se discute a *malaise* democrática— esta experiência pode abrir-nos as portas para uma nova era da participação cívica em Portugal.

Em apenas dois dias o painel de cidadãos participantes foi capaz de (i) identificar e explorar problemas na comunicação entre cidadãos e políticos; (ii) incorporar novos conhecimentos complexos; (iii) interagir de forma competente com especialistas; (iv) explorar ferramentas atualmente existentes; e (v) desenvolver propostas para soluções concretas. A forte adesão dos participantes ao debate demonstrou o interesse dos cidadãos por um tema (“como fazer-nos ouvir?”) com o qual se identificaram desde o momento de arranque.

Para além da substância das propostas que apresentámos neste relatório preliminar, é também de notar a dimensão transformativa desta edição inaugural do Fórum dos Cidadãos. Uma primeira análise dos inquéritos realizados antes e depois do Fórum deixa claro que este teve um impacto direto nas atitudes dos 15 participantes, aumentando a intenção de envolvimento cívico e a vontade de participar ativamente na vida pública da sociedade portuguesa de todos eles. É assim revelado o potencial do Fórum dos Cidadãos na promoção da cidadania e responsabilidade política dos cidadãos.

Uma outra alteração importante diz respeito à opinião dos participantes relativamente à sua própria capacidade para participar e pensar temas políticos. Quase todos os participantes (13 em 15) reportaram, no final do evento, uma convicção manifestamente mais forte de que “cidadãos como eles” são capazes de pensar e debater temas políticos complexos. Ou seja, em apenas dois dias o processo deliberativo aqui descrito incutiu na quase totalidade dos participantes (i) um claro desejo de maior participação cívica e (ii) uma forte convicção da competência política dos cidadãos “comuns”.

A metodologia aplicada levou os cidadãos a adotar uma postura construtiva, a colaborar com participantes que não conheciam previamente e a ultrapassar diferenças ideológicas e posições políticas. Ao longo de todo o processo, os choques entre realidades e mentalidades dos diferentes participantes deram lugar a debates enriquecidos e contribuíram para a qualidade e criatividade das ideias, com especial atenção à área das novas tecnologias.

De futuro, o Fórum pretende continuar a ser um espaço onde os cidadãos têm a oportunidade de desenvolver e expressar as suas ideias para o país num ambiente que promove um pensamento informado e refletido. Esta primeira edição permitiu testar e afinar metodologias, alertando os organizadores para a especial necessidade de assegurar uma maior presença, nas próximas edições do Fórum dos Cidadãos, de grupos que estiveram sub-representados neste primeiro painel. Edições futuras abordarão novos temas e refletirão o nosso desejo de trazer o Fórum a diferentes regiões do país. Este crescimento desejado é coerente com a nossa ambição de expandir as parcerias e colaborações com uma rede diversa de instituições, ganhar novas formas e diversificar os projetos.

Reforçamos a nossa missão de fazer com que a voz, informada e refletida, dos cidadãos chegue aos decisores, produza um impacto real e contribua ativamente para revigorar e fortalecer a democracia portuguesa. Eventos como este Fórum precisam de ter um impacto e consequências observáveis pelos cidadãos, sob pena de um agravamento do divórcio entre cidadãos e o mundo da política. Fica, aqui, lançado o desafio para todos aqueles que se queiram juntar a nós nesse caminho.

## ORGANIZADORES



**MANUEL ARRIAGA** é Professor Convidado na Universidade de Nova Iorque e Investigador na Universidade Nova de Lisboa. Após vários anos como professor na escola de gestão da Universidade de Cambridge, trabalha agora na área da participação cívica.



**JOANA SÁ** é Líder de Grupo / Investigadora Principal no Instituto Gulbenkian da Ciência bem como Professora Convidada no Instituto Superior Técnico. A sua equipa multidisciplinar realiza investigação sobre os processos de decisão, com um interesse especial na sua aplicação à política.



**CRISTINA LESTON-BANDEIRA** é Professora Catedrática de Política na Universidade de Leeds. É especialista na relação entre o parlamento e os cidadãos, com um foco na participação cívica e na utilização das novas tecnologias para aproximar os cidadãos e as instituições.



**PAULO ALMEIDA** é Investigador no Grupo de Ciência e Política do Instituto Gulbenkian da Ciência. Tendo iniciado a sua carreira no domínio da bioinformática, trabalha atualmente na área da deliberação e dados parlamentares.



**LOURENÇO JARDIM DE OLIVEIRA** é o Coordenador Executivo do Fórum dos Cidadãos. Tem um mestrado em Desenvolvimento Internacional pelo *Institut d'Études Politiques de Paris* (Sciences Po) e um percurso profissional na área do empreendedorismo e da consultoria.



**DORA ALEXANDRE** colabora na comunicação do Fórum dos Cidadãos. Traz consigo uma vasta carreira em assessoria de comunicação e imprensa bem como mais de uma década de experiência em jornalismo e produção de conteúdos televisivos.

### CONSELHO CONSULTIVO

**KYLE BOZENTKO** é o Diretor Executivo do Jefferson Center, instituição pioneira na realização de júris de cidadãos desde a sua fundação em 1974. Serve também no Conselho de Administração da International Association of Public Participation USA e como *Co-Chair* do Comité Executivo do Deliberative Democracy Consortium (EUA).

**KENNETH CARTY** é Professor Catedrático de Ciência Política na Universidade da British Columbia. Foi um dos principais “arquitetos” (no papel de Director de Investigação) da Assembleia de Cidadãos da British Columbia sobre Reforma Eleitoral de 2004, experiência pioneira que viria a inspirar iniciativas semelhantes no Ontário, Holanda, Irlanda e Reino Unido.

**ANTÓNIO COUTINHO** é um médico-investigador com uma longa carreira internacional. Foi Diretor do Instituto Gulbenkian da Ciência e serve atualmente no seu Conselho de Gestão, bem como do Conselho de Curadores da Fundação Champalimaud. É Professor Catedrático Convidado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Foi coordenador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, tendo um interesse de longa data em participação cívica.

**THORVALDUR GYLFASSON** é Professor Catedrático de Economia na Universidade da Islândia. Foi umas das figuras centrais do processo de revisão constitucional decorrido na Islândia entre 2010 e 2012, onde uma assembleia de 950 cidadãos comuns elegeu as prioridades para a nova constituição. Serviu como um dos 25 membros do Conselho Constitucional selecionado para redigir o novo texto constitucional.

**DANIEL INNERARITY** é Professor Catedrático de Filosofia Política e Social na Universidade do País Basco e o Diretor do Instituto de Gobernanza Democrática (Espanha). É autor de uma extensa obra sobre o futuro da política, pela qual foi reconhecido como um dos “25 grandes pensadores do mundo” pela *Nouvel Observateur*.

**CLAUDIA LUCIANI** lidera o Directorado para a Governança Democrática do Conselho da Europa. Entre as suas outras funções, é responsável pelas políticas do

Conselho da Europa a respeito de instituições democráticas, boas práticas de governança e iniciativas da sociedade civil.

**CAROLYN LUKENSMEYER** é Diretora Executiva do National Institute for Civil Discourse (EUA). Previamente, fundou e presidiu à AmericaSpeaks. Sob a sua liderança, esta organização envolveu mais de 200.000 cidadãos em processos de consulta deliberativa por todos os Estados Unidos e foi reconhecida com múltiplos prêmios.

**TYRONE REITMAN** fundou e dirigiu a Healthy Democracy (EUA). Sob a sua liderança, a Healthy Democracy lançou o aclamado Citizen Initiative Review (CIR). Este processo de consulta deliberativa tornou-se uma parte permanente das eleições no estado norte-americano do Oregon em 2011 na sequência de uma decisão pelo parlamento deste estado. Desde então, o CIR também já foi adotado no Colorado e no Arizona.

**ALAN RENWICK** é o Vice-Director da Constitution Unit na University College London e o Director Académico da Democracy Matters, uma parceria entre a Electoral Reform Society (Reino Unido) e várias universidades britânicas. Foi um dos organizadores das duas assembleias de cidadãos realizadas no Reino Unido em 2015.

**PIERRE ROSANVALLON** é Professor no Collège de France, onde ocupa a cátedra de "História Política Moderna e Contemporânea". É também Director de Estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Um dos mais conhecidos intelectuais da actualidade, Pierre Rosanvallon é o autor de vários livros sobre a história da democracia.

**IAIN WALKER** é o Diretor Executivo da newDemocracy Foundation (Austrália). Sob a sua liderança, esta organização realizou, ao longo da última década, dezenas de processos de consulta deliberativa por toda a Austrália (ao nível municipal, estadual e federal) e emergiu como uma referência internacional nesta área.

### APOIANTES

**EDUARDO LOURENÇO:** “Apoio esta importante iniciativa. É vital que surjam novas formas de envolver os cidadãos na política.”

**JOSÉ GIL:** “Nada mais urgente, hoje, do que repensar e reinventar a democracia. É o objectivo do Fórum dos Cidadãos que surge como uma proposta singular e necessária no nosso espaço público.”

**DAVID JUSTINO:** “A força da democracia está nos seus cidadãos e nas suas instituições. Mas se os cidadãos perdem a confiança nas instituições, não têm outra alternativa senão mobilizarem-se e organizarem-se para as credibilizar. Se eles não o fizerem, ninguém o fará por eles e sem eles. O Fórum dos Cidadãos é um passo importante nesse sentido.”

**MARGARIDA MANO:** “O conceito de Democracia exige, mais do que nunca, no mundo global deste início de milénio, um novo Iluminismo que só poderá ser conseguido com instituições ao serviço do bem público, cidadãos esclarecidos e o rigoroso escrutínio da uma sociedade civil comprometida. O Fórum dos Cidadãos é uma iniciativa exemplar ao serviço desta Democracia.”

**FILIPE ANACORETA CORREIA:** “A bondade de um regime democrático depende do empenho persistente dos cidadãos. O Fórum dos Cidadãos é uma importante convocatória neste âmbito.”

**MANUEL MARIA CARRILHO:** “Uma iniciativa oportuna e necessária, porque não há cidadãos sem fóruns: de ideias e debate, de escrutínio e de propostas. E não haveria melhor tema para começar do que o da confiança/desconfiança dos cidadãos na política, é aqui que tudo sempre se decide.”

**ADRIANO MOREIRA:** “A sociedade civil, incluindo as instituições, tem de estar sempre mobilizada e atenta. O Fórum dos Cidadãos é orientado para esse dever.”

**ÁLVARO BELEZA:** “Nada é imutável na vida – e os regimes democráticos também não o são. O essencial é que, na sua transformação, evoluam para sociedades cada vez mais abertas, mais livres, mais dinâmicas, onde o elevador social funcione melhor. É

## FÓRUM DOS CIDADÃOS

fundamental que a sociedade civil em Portugal se torne progressivamente mais forte. Iniciativas como a do Fórum dos Cidadãos são um excelente contributo nesse sentido.”

**ANTÓNIO COUTINHO:** “Uma necessidade absoluta para a cidadania, uma lufada de ar fresco numa atmosfera política poluída. Por acréscimo, uma proposta nova e construtiva, com futuro.”

**JOSÉ MAGALHÃES:** “Weber alertou para a diferença entre "viver para a política" e viver da política". Mas na era da erosão dos Estados só a acção cívica inovadora impedirá o colapso da democracia. Mil fóruns floresçam.”

E ainda:

**RUI TAVARES**

**HENRIQUE NETO**

**NICOLAU SANTOS**

**MARISA MATIAS**

### PARCEIROS

O Fórum dos Cidadãos opera em parceria com iniciativas semelhantes em outras partes do mundo. Orgulhamo-nos de ter como parceiros instituições de referência como:



O Fórum dos Cidadãos conta ainda com o apoio do **Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa** e do **Instituto Gulbenkian de Ciência**.



IFILNOVA  
FCSH/NOVA



INSTITUTO  
GULBENKIAN  
DE CIÊNCIA

As editoras **Presença** e **Leya** prestam apoio ao Fórum dos Cidadãos a nível da comunicação e difusão do projeto:







# FÓRUM CIDADÃOS

[www.forumdoscidadaos.pt](http://www.forumdoscidadaos.pt)